



**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2025 PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEXTA REGIÃO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG**

**Área: DIREITO**

**PROVA OBJETIVA**

**Orientações para a prova**

1. Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 (cinquenta) questões objetivas.
2. Confira este caderno e a folha de respostas, verificando se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
3. Escreva seus dados no espaço indicado nesta folha. Na folha de resposta, o candidato deve escrever, no local indicado, somente seu nome completo.
4. Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
5. Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu, preenchendo completamente o quadrado correspondente.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
7. Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após o transcurso de uma hora a contar do início da prova.
8. Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, para futura conferência.
9. Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações do Edital continuam válidas.
10. Informações adicionais poderão ser obtidas no setor de Recursos Humanos/SESAP.JFA através do e-mail [concurso.jfa@trf6.jus.br](mailto:concurso.jfa@trf6.jus.br) ou no link <https://portal.trf6.jus.br/estagiarios-subsecoes/juiz-de-fora/>

**BOA SORTE!**

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este caderno de questões.

**INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A):**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Documento de identidade: \_\_\_\_\_

**1) Sobre o tema responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público baseia-se na teoria do risco administrativo e, por tal razão, é objetiva.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, tendo em vista que a fuga possui nexos causal direto com a conduta praticada.
- d) A responsabilidade objetiva pelo risco da atividade aplica-se apenas nos casos de danos causados por atos ilícitos.
- e) O fato exclusivo da vítima não serve para o rompimento do nexos causal, tendo em vista a Teoria do risco administrativo.

**2) Sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa ERRADA:**

- a) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para tipificação dos atos de improbidade administrativa.
- b) A Nova Lei de improbidade administrativa suprimiu a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa.
- c) O STF decidiu que o princípio da retroatividade da lei penal tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa.
- d) O STF decidiu que a opção do legislador em alterar a Lei de Improbidade Administrativa, com a supressão da modalidade culposa, é válida e constitucional.
- e) As disposições da nova lei de improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

**3) Assinale a alternativa em que há dois princípios norteadores da administração pública de acordo com o art. 37 da Constituição Federal.**

- a) oficialidade e eficiência
- b) impessoalidade e moralidade
- c) finalidade e publicidade
- d) transparência e supremacia do interesse público
- e) razoabilidade e proporcionalidade

**4) Sobre a Administração Pública e servidores público, assinale a alternativa ERRADA:**

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público
- b) O servidor público, civil ou militar, tem direito à livre associação sindical
- c) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez e por igual período
- d) A Constituição da República permite a acumulação de dois cargos de professor
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo

**5) Em relação à Filosofia do Direito, analise as assertivas a seguir e em seguida marque a alternativa correta:**

I – A Filosofia do Direito é parte da Filosofia, tratando-se da aplicação desta à ciência do direito.

II – A Filosofia do Direito possui autonomia com relação à Filosofia, na medida em que se desenvolveu um pensamento exclusivamente jurídico, evidenciando sua especificidade com relação à Filosofia geral.

III – A Filosofia do Direito abrange diversos estudos, como a lógica, a deontologia e a fenomenologia.

- a) todas as afirmações estão corretas
- b) todas as afirmações estão incorretas
- c) apenas as afirmações I e II estão corretas
- d) apenas as afirmações II e III estão corretas
- e) apenas as afirmações I e III estão corretas

**6) Assinale a alternativa correta:**

- a) o jusnaturalismo é a escola mais antiga do direito
- b) o jusnaturalismo clássico tem origem no pensamento greco-romano e pressupõe a existência de um direito natural
- c) a escola da exegese surgiu na França e tem como pressuposto o direito positivo, não existindo direito fora da lei positiva
- d) a Escola Histórica do Direito surgiu na Alemanha e se consolidou no pensamento de Savigny
- e) todas as afirmativas estão corretas

**7) São fundamentos da República Federativa do Brasil, exceto:**

- a) a soberania
- b) a cidadania
- c) a liberdade de expressão
- d) a dignidade da pessoa humana
- e) o pluralismo político

**8) Sobre os direitos e deveres fundamentais, garantidos pelo art. 5º da Constituição da República, assinale a alternativa incorreta:**

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, senão em virtude de lei
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante
- d) é livre a manifestação do pensamento, inclusive com recurso ao anonimato
- e) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença

**9) São órgãos do Poder Judiciário, exceto:**

- a) o Supremo Tribunal Federal
- b) o Conselho Nacional de Justiça
- c) o Superior Tribunal de Justiça
- d) o Superior Tribunal de Justiça Desportiva
- e) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais

**10) Aos juizes federais compete processar e julgar, exceto:**

- a) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira
- b) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País
- c) as causas de falência e as de acidentes de trabalho em que entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes
- d) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral
- e) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente

**11) Considerando apenas as disposições do Código de Processo Civil sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta:**

- a) fazem coisa julgada os motivos, desde que importantes para determinar o alcance do dispositivo da sentença
- b) a coisa julgada formal é entendida como a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito que não pode mais ser objeto de recurso
- c) a sentença faz coisa julgada entre as partes e pode prejudicar terceiros
- d) é permitido que as partes rediscutam, no curso do processo, questões já decididas e preclusas, desde que versem sobre o objeto do processo
- e) a sentença de mérito transitada em julgado faz com que sejam consideradas deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que as partes poderiam opor

**12) Nos termos do CPC, assinale a alternativa correta:**

- a) A tutela provisória pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental e, em ambos os casos, depende do recolhimento de custas.
- b) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada somente mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens ou registro de protesto contra alienação de bem.
- c) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) Desde que mediante reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.

**13) Intentada demanda em que o autor pedia que fosse declarada a aquisição, pela usucapião, de determinado apartamento de condomínio edilício, foi por ele requerida, na petição inicial, somente a citação da única pessoa em cujo nome o imóvel estava registrado na serventia imobiliária.**

**Apreciando a peça exordial, o juiz determinou que o demandante a emendasse, a fim de incluir, no polo passivo da relação processual, os proprietários dos imóveis confinantes.**

**A iniciativa do magistrado foi:**

- a) acertada, pois, constatada a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o juiz deve, de ofício, reconhecer o vício e determinar a sua correção pelo autor
- b) equivocada, pois, constatada a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o juiz deveria, de ofício, incluir os litisconsortes faltantes no feito
- c) equivocada, pois, embora constatada pelo juiz a inobservância do litisconsórcio passivo necessário, o reconhecimento do vício dependia de arguição pela parte ré
- d) equivocada, pois a hipótese dá azo à formação de litisconsórcio passivo facultativo
- e) equivocada, pois a hipótese não dá azo à formação de qualquer modalidade de litisconsórcio passivo

**14) Acerca do juizado especial federal, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Turma Nacional de Uniformização (TNU), assinale a opção correta:**

- a) Segundo entendimento firmado no STJ, o pedido de uniformização de interpretação de lei pode ser conhecido inclusive quando não for demonstrada a similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados.
- b) A União, as autarquias, as fundações e as empresas públicas federais podem ser autoras no juizado especial federal cível.
- c) Conforme jurisprudência do STJ, o autor que quiser litigar no âmbito de juizado especial federal cível poderá renunciar, de modo expresse e para fins de atribuição de valor à causa, ao montante que exceder os sessenta salários-mínimos previstos na lei que dispõe sobre os juzizados especiais federais.
- d) É cabível a remessa necessária nas causas referentes ao juizado especial federal.
- e) As ações mediante as quais se busque anular lançamento tributário se submetem à competência dos juzizados especiais federais.

**15) A União Federal ajuizou demanda cível pelo procedimento comum na Justiça Federal em face de Maria, a qual foi citada por edital, mas não compareceu no processo, deixando de constituir procurador e de contestar. O magistrado deverá:**

- a) Reconhecer os efeitos materiais e processuais da revelia.
- b) Reconhecer apenas os efeitos materiais da revelia.
- c) Reconhecer apenas os efeitos processuais da revelia.
- d) Nomear curadoria especial, que será exercida pelo Ministério Público Federal.
- e) Nomear curadoria especial, que será exercida pela Defensoria Pública da União ou por advogado dativo, nos locais em que aquela instituição não atuar.

**16) De acordo com o CPC, sobre a reconvenção, é correto afirmar que:**

- a) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- b) A reconvenção somente é admitida em procedimentos especiais.
- c) A reconvenção deverá ser apresentada em peça apartada da contestação.
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- e) A reconvenção pode ser proposta contra o autor, mas jamais contra terceiro.

**17) De acordo com o CPC, é correto afirmar que:**

- a) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- b) A desistência da ação pode ser apresentada até a citação da parte adversa.
- c) O juiz resolverá o mérito quando, em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- d) Haverá resolução de mérito quando o juiz decidir sobre a ocorrência de prescrição.
- e) Não haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

**18) No que concerne à sentença, o CPC determina que:**

- a) O relatório, embora desejável, não se apresenta como elemento essencial da sentença.
- b) Considera-se fundamentada a sentença que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
- c) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- d) A decisão deve ser certa, salvo quando resolva relação jurídica condicional.
- e) Publicada a sentença, o juiz não poderá alterá-la para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo.

**19) Benedita alugou a vaga de garagem de seu vizinho, Arlindo, no condomínio edilício em que residem, o Edifício Jacinto. Figurou como fiadora de Benedita a síndica do edifício, Celina. Ficou convencionado que Benedita pagaria o aluguel até o quinto dia útil do mês, em dinheiro, na residência de Arlindo. Sobre essa obrigação, é correto afirmar que:**

- a) se Arlindo reiteradamente aceitar que Benedita faça pagamento por transferência eletrônica (Pix), presume-se sua renúncia ao direito ao pagamento em sua residência
- b) se Celina falecer, ocorrerá automaticamente o vencimento antecipado das obrigações de pagar o aluguel impostas a Benedita
- c) se Arlindo se recusar a emitir recibo, Celina poderá realizar o pagamento em consignação, não lhe cabendo a retenção do valor devido
- d) Benedita pode pagar entregando prestação diversa a Arlindo independentemente do consentimento dele, desde que mais valiosa que o aluguel avençado
- e) se Celina efetuar o pagamento, tem direito a se reembolsar do que pagar em face de Benedita, mas não se sub-roga nos direitos do credor

**20) A partir da vigência da Lei nº 14.905/2024, os juros moratórios, se não houver convenção em sentido diverso, corresponderão a:**

- a) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), sem qualquer dedução, inclusive se for negativa
- b) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzida apenas do índice de correção monetária, inclusive se for negativa
- c) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzida apenas do índice de correção monetária, salvo se for negativa, situação em que será considerada equivalente a zero
- d) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), somada apenas ao índice de correção monetária, salvo se for negativa, situação em que será considerada equivalente a zero
- e) taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), somada apenas ao índice de correção monetária, inclusive se for negativa

**21) À luz do Código Civil, analise os itens a seguir acerca do tema do adimplemento e extinção das obrigações:**

**I. A sub-rogação é convencional quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.**

**II. A pessoa obrigada por dois ou mais débitos a um só credor tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos, ainda que de natureza distinta.**

**III. O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.**

É correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I, apenas.
- e) I e III, apenas.

**22) Assinale a alternativa CORRETA em relação ao direito das obrigações, nos termos do Código Civil Brasileiro.**

a) Nas obrigações de dar coisa certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

b) Nas obrigações de dar coisa incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá solicitar a coisa melhor.

c) Tratando-se das obrigações de fazer incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que realizar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

e) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

**23) Considerando o regime jurídico das obrigações de dar coisa certa, estabelecido pelo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- b) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- c) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- d) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- e) Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

**24) Para o Direito das Obrigações, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:**

- a) Se o devedor oferecer prestação diversa da que deve, o credor é obrigado a recebê-la desde que essa prestação oferecida seja mais valiosa.
- b) Somente o devedor é considerado interessado na extinção da dívida e, portanto, somente ele pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à sua exoneração.
- c) O cessionário pode exercer os atos conservatórios do direito cedido desde que o devedor tenha conhecimento da cessão de forma inequívoca.
- d) A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, especificará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante. Entretanto, ainda sem esses requisitos, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.
- e) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor. Nesse caso, a cláusula proibitiva da cessão é sempre oponível ao cessionário de boa-fé diante da força vinculante dos contratos.

**25) Em razão de contrato, Marco se obrigou a pagar a Fábio dez mil reais. No entanto, Marco não pôde cumprir a obrigação pactuada, e Fábio aceitou o cumprimento na forma de prestação de serviços. Nesse caso hipotético, configurou-se a:**

- a) compensação.
- b) sub-rogação convencional.
- c) novação objetiva.
- d) transação.
- e) dação em pagamento.

**26) Determinado indivíduo foi condenado com trânsito em julgado por crime consumado sem violência e nem grave ameaça à pessoa. Na sentença o magistrado diminuiu-lhe a pena de 1/2, por considerar que o dano, por ato voluntário, tinha sido reparado antes do recebimento da denúncia. O instituto que possibilitou a diminuição de pena denomina-se:**

- a) erro sobre a ilicitude do fato
- b) arrependimento posterior
- c) arrependimento eficaz
- d) desistência voluntária
- e) tentativa inidônea

**27) Sobre aspectos atinentes à disciplina penal da culpabilidade, é correto afirmar que:**

- a) a embriaguez preordenada constitui hipótese de circunstância atenuante
- b) a embriaguez involuntária isenta o réu de pena
- c) a coação moral resistível é prevista como circunstância agravante da pena
- d) são admitidas, no ordenamento jurídico brasileiro, situações supralegais de inexigibilidade de conduta diversa
- e) a emoção ou a paixão podem excluir a culpabilidade ou configurar situação de semi-imputabilidade do agente

**28) Analise as hipóteses a seguir, considerando que, em todas elas, Adalberto atua como partícipe, na condição de cúmplice ou instigador**

- I. O autor principal comete um crime contra a vida, mas é considerado inimputável e é imposta medida de segurança.
- II. O autor principal furta bem de valor irrelevante, sendo aplicado o princípio da insignificância.
- III. O autor principal alega que agiu em estrito cumprimento do dever legal, argumento acolhido pelo juízo

Com base na teoria da acessoriedade limitada, Adalberto responderá pelo crime, como partícipe, na(s) seguinte(s) hipótese(s):

- a) I, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) I e III, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

**29) Nos termos do Código Penal, acerca do concurso de pessoas, analise as assertivas a seguir:**

- I. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade
- II. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- III. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

**30) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A culpabilidade analisada sob o vértice da potencial consciência da ilicitude encontra-se atrelada ao seu sentido estrito, enquanto integrante do conceito analítico de crime, e não se confunde com a valoração afeta às circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.
- b) A punibilidade não integra o conceito analítico de crime, sendo sua consequência jurídica.
- c) A ilicitude ou antijuridicidade compõe o conceito analítico de crime, podendo ser excluída se presentes causas de justificação, consistentes na legítima defesa, no estado de necessidade, no estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito.
- d) Constituem o mesmo instituto penal a culpabilidade enquanto integrante do substrato do crime e enquanto circunstância judicial a ser valorada na aplicação da pena.
- e) Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade estão de tal forma relacionadas entre si que cada elemento posterior do delito pressupõe o anterior.

**31) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Em razão do princípio da legalidade, a estrutura semântica da lei incriminadora deve ser rigorosamente observada e suas elementares devem encontrar adequação fática para que o comando secundário seja aplicado, exercendo o tipo penal uma imprescindível função de garantia.
- b) Todos os tipos comissivos dolosos também admitem punição a título de culpa, se presente a negligência, imprudência ou imperícia, sendo que em ambos os casos (dolo ou culpa) a tipicidade material poderá ser inferida independentemente da violação do bem jurídico tutelado.
- c) A tipicidade é a ratio cognoscendi da antijuridicidade, isto é, a adequação do fato ao tipo faz surgir o indício de que a conduta é antijurídica, sendo essa presunção afastada apenas diante da configuração de uma causa de justificação.
- d) Os elementos normativos do tipo auxiliam o legislador na tarefa de descrever o comportamento proibido, caracterizando-se por circunstâncias que não se limitam em descrever o natural, mas implicam um juízo de valor.
- e) Na tipicidade conglobante, o juízo de tipicidade é analisado partindo do sistema normativo considerado em sua globalidade, sendo imprescindível verificar não apenas a subsunção da conduta ao tipo, mas também se o comportamento é antinormativo, ou seja, não determinado ou incentivado por qualquer ramo do Direito.

**32) Tratando-se de inquérito policial, inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais instaurado para investigar servidores das instituições responsáveis pela segurança pública enumeradas no art. 144, da CF, para apurar fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, nos termos das disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que**

- a) o investigado deverá ser citado da instauração do inquérito, no prazo de até 48 horas, podendo constituir defensor, no mesmo prazo.
- b) citado da instauração do inquérito e não constituído defensor pelo investigado, no prazo de 48 horas, será intimada a instituição a que vinculado o investigado à época da ocorrência, para indicar defensor para a representação do investigado.
- c) a defesa do investigado, em não sendo constituído defensor particular, competirá exclusivamente à Defensoria Pública. Nos locais em que não estiver presente, será indicado profissional da instituição a que vinculado o investigado, à época dos fatos.
- d) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão suportados pela Unidade Federativa correspondente à respectiva competência territorial do inquérito instaurado.
- e) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão por ele suportados.

**33) João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:**

- a) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- b) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- c) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;
- d) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- e) de ofício pela autoridade policial.

**34) De acordo com o Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar que do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o:**

- a) Chefe de Polícia.
- b) Ministério Público.
- c) Poder Judiciário.
- d) Defensor Público.
- e) Gestor público.

**35) Sobre o Acordo de Não Persecução Penal, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser usado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- b) Não se aplica o acordo de não persecução penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar ou praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, em favor do agressor.
- c) O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e prevenção da infração penal.
- d) A confissão qualificada que tenha por objeto excludente de ilicitude não impede o acordo de não persecução penal.
- e) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 do Código de Processo Penal.

**36) Roberto, vítima do crime de estelionato, ajuizou ação privada subsidiária em face de Pedro, diante da inércia do Ministério Público em promover a ação penal. Contudo, durante a instrução, Roberto, apesar de intimado, deixou de dar andamento ao feito por mais de 60 dias, mostrando-se negligente. Diante desse cenário, é correto afirmar que:**

- a) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da preempção;
- b) o feito deve prosseguir, com a retomada da ação pelo Ministério Público como parte principal;
- c) o feito deve ser extinto em razão da renúncia ao direito de queixa subsidiária;
- d) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da renúncia ao direito de representação;
- e) o feito deve prosseguir, e a Defensoria Pública deve retomar o processo como parte principal.

**37) Em inquérito policial instaurado para apurar crime de furto, a autoridade policial concluiu pela existência de elementos mínimos sobre a autoria e a materialidade do delito e remeteu os autos ao Ministério Público. O promotor de justiça, discordando do relatório, promoveu o arquivamento fundamentadamente e comunicou à vítima, ao investigado, ao juiz e ao delegado de polícia. Diante desse cenário, é correto afirmar que:**

- a) no caso de discordância do arquivamento, o delegado de polícia poderá remeter os autos ao procurador-geral de justiça para revisão
- b) no caso de discordância do arquivamento, o juiz poderá mandar desarquivar os autos do inquérito policial para a retomada das investigações
- c) no caso de discordância, o delegado de polícia poderá proceder ao desarquivamento do inquérito policial e continuar as investigações
- d) no caso de discordância do arquivamento levado a efeito pelo órgão ministerial, a vítima poderá ajuizar ação privada subsidiária da pública
- e) no caso de discordância, a vítima poderá, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial

**38) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário. Assinale a alternativa que apresenta competência do juiz das garantias na fase de inquérito policial.**

- a) Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado solto, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial
- b) Julgar o habeas corpus impetrado depois do oferecimento da denúncia
- c) Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá prorrogar, duas vezes, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias
- d) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o juiz das garantias
- e) Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento

**39) A respeito do uso da analogia em direito tributário, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional (CTN) e na jurisprudência nacionais, que**

- a) pode ser aplicada para estender a exigência de tributo à situação não expressamente prevista em lei, conforme expressa autorização do CTN, desde que a situação em concreto se assemelhe à chamada “situação paradigma”.
- b) permite a extensão das regras previstas no CTN sobre condições para o regular gozo das imunidades constitucionais referentes a impostos também à imunidade quanto às contribuições para a seguridade social.
- c) se trata do último recurso de integração da legislação tributária, após usadas outras técnicas como a equidade e a aplicação dos princípios gerais de direito e dos princípios de direito tributário.
- d) não difere da chamada interpretação ampliativa, na medida em que, em ambos os casos, altera-se a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal.
- e) não se admite o uso da analogia em direito tributário, por representar afronta ao princípio da segurança jurídica, ao princípio da legalidade e ao princípio da interpretação restritiva da norma tributária.

**40) À União compete instituir impostos sobre:**

- a) propriedade de veículos automotores.
- b) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- c) propriedade predial e territorial urbana
- d) operações relativas à circulação de mercadorias
- e) transmissão de bens imóveis

**41) Acerca da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), inserida na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as afirmativas abaixo:**

- I. Será de competência compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.**
- II. Poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.**
- III. Lei estabelecerá as hipóteses de devolução da CBS a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.**

**Está correto o que se afirma em**

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**42) O princípio da anterioridade, conforme delineado no artigo 150, inciso III, alíneas b e c da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece restrições à cobrança de tributos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Considerando este princípio, assinale a alternativa que descreve corretamente as suas implicações.**

a) um tributo pode ser instituído, aumentado e cobrado imediatamente após a publicação da lei que o instituiu, sem a necessidade de respeitar o prazo de noventa dias após a publicação da lei.

b) um tributo pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que a lei que o instituiu foi publicada, desde que respeitado o prazo mínimo de noventa dias após a publicação da lei.

c) um tributo pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que a lei que o instituiu foi publicada, independentemente de qualquer prazo.

d) um tributo pode ser cobrado apenas no exercício financeiro subsequente ao da publicação da lei que o instituiu, respeitando o prazo mínimo de cento e vinte dias.

e) um tributo pode ser cobrado apenas no exercício financeiro subsequente ao da publicação da lei que o instituiu, respeitando o prazo mínimo de noventa dias.

**43) Identifique a alternativa que corretamente descreve as funções do tributo e a sua aplicação.**

a) A função fiscal dos tributos visa principalmente a regulação da economia e a intervenção social, utilizando-se de alíquotas diferenciadas para influenciar o comportamento do contribuinte.

b) A função parafiscal ocorre quando os tributos são utilizados para financiar atividades de entidades que não são diretamente administradas pelo Estado, como os conselhos profissionais

c) A função extrafiscal dos tributos tem como objetivo principal a arrecadação de recursos para custear atividades específicas ou gerais do Estado.

d) A função fiscal é exercida quando o tributo é destinado a financiar atividades de entidades diversas daquelas que o instituíram, enquanto a função parafiscal visa a arrecadação de recursos para o Estado.

e) A função parafiscal dos tributos, embora tenha uma função de interesse público, é diretamente administrada pelo Estado.

**44) No tocante aos impostos da União, assinale a alternativa correta:**

- a) Compete à União instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.
- b) O imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- c) O imposto de produtos industrializados será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- d) O imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente não poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- e) O imposto de renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da regressividade, na forma da lei.

**45) A EC n.º 132/2023 introduziu, expressamente, como diretrizes a serem observadas pelos tributos em geral**

- a) a neutralidade e a defesa do meio ambiente.
- b) a capacidade econômica do contribuinte e a justiça tributária.
- c) a simplicidade e a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.
- d) a neutralidade e a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.
- e) a transparência e a capacidade econômica do contribuinte.

**46) Nos termos da Lei 8.213/91, período de carência é**

- a) o número máximo de meses de que o segurado dispõe para ingressar com uma ação judicial, em caso de indeferimento do requerimento na via administrativa
- b) o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências
- c) o número máximo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências
- d) o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do último dia dos meses de suas competências
- e) o período em que o cidadão permanece em gozo de benefícios assistenciais

**47) Nos termos da Lei 8.742/93, considera-se pessoa com deficiência**

- a) aquela que tem impedimento, ainda que de curto prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas
- b) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas
- c) aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade, ainda que em desigualdade de condições com as demais pessoas
- d) aquela que tem impedimento, de natureza física, que a incapacita para o exercício de atividade remunerada
- e) aquela acometida de doença incurável

**48) Em relação aos benefícios previdenciários, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança
- b) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento)
- c) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na Lei 8.213/91, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos
- d) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 60 (sessenta) dias, com início no período entre 30 (trinta) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade
- e) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa

**49) Mário é meeiro outorgado, reside em aglomerado urbano próximo à propriedade rural de 3 módulos fiscais na qual explora atividade de extrativista vegetal, sendo este o seu principal meio de vida. A esposa de Mário e os três filhos o acompanham na referida atividade, indispensável à subsistência do núcleo familiar. Além disso, Mário conta com o auxílio eventual de terceiros. Analisando a situação hipotética narrada à luz das disposições da Lei 8.213/91, assinale a alternativa correta:**

- a) Mário não pode ser considerado segurado especial, uma vez que a propriedade rural possui mais de 2 (dois) módulos fiscais
- b) Mário não pode ser considerado segurado especial, uma vez que o auxílio eventual de terceiros descaracteriza tal condição
- c) Mário não pode ser considerado segurado especial, uma vez que reside em aglomerado urbano
- d) Mário pode ser considerado segurado especial, desde que comprove a propriedade do imóvel rural onde exerce a atividade
- e) Mário pode ser considerado segurado especial, uma vez que suas atividades são exercidas em regime de economia familiar

**50) Nos termos da Lei 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:**

- a) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, inclusive do auxílio-acidente
- b) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo
- c) até 3 (três) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo
- d) até 12 (doze) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar
- e) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração



## FOLHA DE RESPOSTA

Nome do candidato (a): \_\_\_\_\_

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

QUESTÃO	A	B	C	D	E
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					

## FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

QUESTÃO	A	B	C	D	E
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					